

## **A “engenharia” financeira e as variações orçamentais da Expo’98**

Alexandra Castro  
Joana Lucas  
Vítor Matias Ferreira

### **Do “custo zero” à ausência de uma programação financeira**

A questão do processo de financiamento da Expo’98, bem como a promoção imobiliária que lhe é concomitante em todo este processo, foi alvo de discussões públicas, suscitando atitudes e ideias divergentes ao longo dos dois últimos anos. Por serem questões fundamentais, pretende-se aqui dar conta da polémica existente relativamente à estratégia de financiamento adoptada para a realização do projecto Expo’98. Relembramos alguns dos objectivos fundamentais, definidos inicialmente pela Parque Expo’98, S.A., em 1993, de modo a clarificar, desde já, o modelo e a estratégia económico-financeira assumida pelos responsáveis deste mega-projecto.

Tendo em conta o facto de que a realização da Expo’98 não pode ser pensada sem o correspondente programa de regeneração urbana que lhe está associado desde o início, é fundamental analisar a estratégia de desenvolvimento urbano definida pela Parque Expo: promover a disponibilização do terreno infra-estruturado, com os usos e as capacidades edificáveis já definidas e autorizadas, de modo a mobilizar os diferentes investidores e agentes económicos.

O programa imobiliário envolvido no projecto Expo’98 relaciona-se com a estratégia de financiamento assumida pela empresa Parque Expo. Tal estratégia consiste em recorrer a empréstimos de curto prazo, junto de bancos nacionais e estrangeiros, utilizando modalidades com uma certa flexibilidade para que possam ser geridos de uma forma articulada com

empréstimos de médio e longo prazo<sup>1</sup>. Estes últimos constituem a mais importante componente do financiamento na fase subsequente da realização da Exposição.

Constituída, inicialmente, com um capital social de 500 mil contos, subscrito integralmente pelo Estado, a Parque Expo'98 recebeu, meses mais tarde, em 22 Dezembro de 1993, um aumento de sete milhões e trezentos mil contos, realizado em espécie, mediante a contabilização do valor dos terrenos situados na Zona de Intervenção, desafectados do domínio público desde Junho de 1993<sup>2</sup>. Os Estatutos da empresa prevêm, ainda, o aumento do capital em mais de nove milhões e quinhentos mil contos, a realizar, sucessivamente em 1996, 1997 e 1998<sup>3</sup>.

Ora, um projecto cujo custo global, até ao momento da realização da Exposição Mundial em 1998, pode atingir "mais de 200 milhões de contos" - segundo os responsáveis pela Administração da Parque Expo -, e cuja principal fonte de financiamento é o mercado de capitais, encontra-se numa posição claramente delicada. O condicionamento financeiro, que torna particularmente exigente a gestão da Parque Expo'98, reforça a necessidade de conduzir o projecto dentro de parâmetros de equilíbrio financeiro e económico, a longo prazo. Isto é, pretende-se que as despesas de investimento, ou os custos (como se queira chamar), que o empreendimento envolve - desde a aquisição dos terrenos da Zona de Intervenção à realização da Exposição, incluindo os trabalhos de infra-estruturação desses terrenos e os subprojectos mais emblemáticos (Oceanário, Gare do Oriente, Pavilhão Multiusos, Pavilhão de Portugal, Pavilhões Internacionais) - sejam, a longo prazo, cobertos pelos vários tipos de receitas associadas ao projecto Expo.

Estas receitas, segundo previsões da Parque Expo, provêm fundamentalmente<sup>4</sup> do programa imobiliário, principal fonte de produção de receitas, responsável por cerca de 60% das receitas totais; os outros 40% das receitas serão obtidas a partir da alienação das participações da Parque Expo nas diferentes empresas criadas em seu torno (nomeadamente as empresas do Oceanário e do Pavilhão Multiusos e o futuro Centro de Exposições da FIL), das receitas decorrentes dos bilhetes de entrada na Exposição<sup>5</sup> e da comercialização de produtos associados ao evento. A importante fonte de receitas constituída pelo valor residual dos grandes subprojectos, atrás referidos, de funcionamento pós-Exposição, deverá assegurar a sua viabilidade financeira no longo prazo.

A proposta ambiciosa, mas, ao fim e ao cabo, tendencialmente demagógica, de obtenção de um "custo zero", de um suposto e perfeito equilíbrio entre despesas e receitas, não deixa de se apresentar como uma estratégia de financiamento bastante particular, no contexto da adminis-

tração pública portuguesa. De facto, o princípio de gestão inerente ao modelo financeiro da Exposição tem algo de bastante singular, isto é, através da intervenção num determinado território, de propriedade estatal, pretende-se gerar as “mais-valias” suficientes para cobrir todas as despesas de investimento. No entanto, apesar da reafirmada convicção, nos últimos tempos mitigada, do ex-Comissário-Geral da Expo’98, Cardoso e Cunha, quanto à realização do “custo zero” e, portanto, do autofinanciamento da Exposição, são muitos os que se interrogaram sobre essa “realidade virtual”, questionando a exequibilidade de uma tal “fórmula matemática”.

Ainda em Abril de 1995, Cardoso e Cunha mostrava um grande optimismo face ao sucesso contabilístico da Expo’98, prevendo custos totais de cerca de 200 milhões de contos e a produção de receitas na ordem dos 228 milhões de contos, enquanto outros números, bastante diversos - custos totais previstos na ordem dos 300 milhões de contos -, refutavam a possibilidade de um auto-financiamento da Exposição.

Ao longo de 1996, alguns projectos foram abandonados - Centro de Artes, heliporto, ligação ao aeroporto em *mono-rail*, Ilha do Tesouro (um espaço de diversão para crianças) - e outros foram alterados (exemplo do Pavilhão da União Europeia, cujo projecto inicial foi substituído por uma solução mais simples). Algumas das obras estão com um significativo atraso, relativamente aos prazos-limite estabelecidos inicialmente, que se traduz num aumento dos custos de todo o empreendimento. É o caso de vários projectos, considerados fundamentais: o Oceanário, cujos primeiros orçamentos eram de 8,5 milhões de contos, é agora estimado no valor de 10 milhões; o Centro de Exposições, que constituirá a futura FIL de Lisboa, está com um atraso de 10 meses, o que provocará uma “explosão” dos custos iniciais; a Gare do Oriente deverá ter um custo final não inferior a 24 milhões de contos, mas se somarmos os custos das obras extraordinárias, rondará os 30 milhões; o Pavilhão de Portugal apresenta níveis críticos de atraso, o que significa que o orçamento inicial, de cerca de 2,5 milhões de contos, poderá aumentar bastante.

As receitas totais, recentemente revistas pela Parque Expo, passaram de 220 milhões para 257 milhões de contos, devido a uma actualização das receitas de bilheteira. Segundo as previsões da empresa responsável pela Exposição, a parcela que assume maior peso é a do imobiliário (51.1%), sendo também aquela que apresenta maiores dúvidas, tendo em conta as poucas animadoras perspectivas para o mercado imobiliário. Até Abril de 1996, as informações disponíveis davam conta que haviam sido realizados 22 milhões de contos com a venda de 500 mil m<sup>2</sup> de terreno. Nessa altura, faltaria vender 1,7 milhões de m<sup>2</sup> - o equivalente, segundo

**Quadro 1:** Despesas Globais<sup>6</sup> (preços constantes de 1995)

Rubrica	(Abril 1996) Valor em milhões de contos	(Abril 1996) Peso na estrutura de custos
Custos do terreno e sua preparação (expropriação e realojamentos)	42,0	16,34%
Custos directos - Construção 75.0 (reabilitação ambiental, demolições, infra-estruturas, vias de acesso e superestruturas do recinto da Exposição)	75,0	29,18%
Custos directos - Expo (realização da Exposição)	46,0	17,90%
Custos directos - Imobiliário (promoção e venda imobiliária)	6,9	2,68%
Custos directos - Sectores funcionais (segurança, países participantes, relações públicas e planeamento)	4,9	1,91%
Empresas do grupo	15,0	5,84%
Negócios externos (unidades de negócios internas e associações com parceiros externos)	3,9	1,52%
Despesas gerais (encargos de funcionamento da organização)	19,6	7,63%
Encargos com financiamentos	42,0	16,34%
Outros	0,4	0,16%
Total	257	—

Obs: Este quadro fundamenta-se em informação publicada em Abril de 1996. Posteriormente, houve uma correcção orçamental, decorrente de critérios que permitem, julga-se, uma maior "veracidade" contabilística da Operação Expo'98 (vd. adiante, quadro com valores de Janeiro de 1997).

**Quadro 2:** Receitas<sup>7</sup> (preços constantes de 1995)

	(Abril 1996) Valor em milhões de contos	(Abril 1996) Peso na estrutura de custos
Receitas Expo'98 (bilhetes, publicidade, concessões e patrocínios)	62,0	
(36 milhões de contos em bilhetes)	24,2	(14,0)
Venda de produtos imobiliários e concessões	131,0	51,1%
Venda de participações e reembolsos	15,5	6,0%
Fundos comunitários	20,4	7,9%
Capital e outras origens (doação do Estado)	17,5	6,8%
Outros (rendas de ocupação de espaços)	10,2	4,0%
Total	257	-

Nota: esta curiosa "coincidência" (vd. Quadro 1) entre as receitas esperadas e as despesas previstas, acabou por estar na origem, depois de algumas vicissitudes, da demissão de Cardoso e Cunha.

a Parque Expo, à quantia de 86 milhões de contos -, de forma a perfazer os 108 milhões que a Administração da dita empresa estima alcançar com a venda de terrenos.

Segundo o último relatório apresentado ao governo, o Plano Estratégico Económico-financeiro da Parque Expo, de Dezembro de 1996, o empreendimento é apresentado com o custo total de 213 milhões de contos, aos quais se somavam 42 milhões de contos de juros de empréstimos bancários contraídos. A este esforço, há ainda que acrescentar os investimentos autonomizados da Gare do Oriente, do Oceanário, do Pavilhão Multiusos e do Pavilhão da FIL, num total de aproximadamente 68 milhões de contos.

Ou seja, entre Fevereiro e Dezembro de 1996, isto é, oito meses depois, as previsões alteram-se, sendo registado um aumento de 15% dos custos totais (de 213 milhões de contos para 245 milhões). Uma parcela deste aumento deve-se ao facto de o primeiro relatório ter contabilizado os valores a preços de 1995, enquanto no segundo documento são incluídos os dados financeiros a preços de 1996. Mas não só. Com efeito, a maior fatia do aumento das despesas deve-se a desfasamentos entre as previsões dos projectistas, face aos valores da própria construção, ou por aumentos nos custos de construção (por explicitar) face ao inicialmente previsto pelas próprias empresas adjudicatárias. A cobertura deste aumento de 15% dos custos é feita, segundo as previsões da Parque Expo, através de um aumento das receitas, concretamente, pelo acréscimo de patrocínios e pelo aumento da receita imobiliária. O embróglio contabilístico estava lançado...

Segundo um novo critério de apresentação do orçamento da Expo'98, tornado público em Fevereiro deste ano<sup>8</sup>, os valores são já outros, tal como se pode verificar no quadro abaixo.

O relatório da auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) sobre a Expo'98, realizado no segundo semestre de 1996, sobre a situação financeira dos investimentos efectuados pelo Grupo Parque Expo, faz o ponto da situação geral, avaliando-a e referindo os aspectos positivos e negativos de todo este processo<sup>9</sup>. Segundo este relatório - em que alguns pontos são avaliados, nomeadamente o processo geral de adjudicações de construções que, na generalidade, foram “efectuadas nas melhores condições financeiras para a empresa” - considera-se, também, que “perante a vastidão e complexidade do projecto, associado às exigências de prazo que impuseram, em alguns casos, que a Parque Expo tivesse de suprir ineficiências de outras entidades envolvidas, a apreciação é globalmente positiva”.

No entanto, outros aspectos relativos à situação financeira dos investimentos efectuados pela empresa Parque Expo, são considerados bastan-

**Quadro 3:** Variação de custos entre Fevereiro 1996 e Janeiro de 1997

Custos*	Fevereiro 1996	Dezembro 1996	Janeiro 1997
1.Parque Expo'98, S.A.	204,7	244,7	254,7
Encargos Financeiros	36,5	42,0	62,9
<i>Total 1</i>	<i>241,2</i>	<i>286,7</i>	<i>317,6</i>
2. Empresas Participadas (maioritariamente) Atlântico, Expo Urbe. GIL, Oceanário	27,0	28,2	28,2
Encargos Financeiros	3,9	3,6	3,6
<i>Total 2</i>	<i>30,9</i>	<i>31,8</i>	<i>31,8</i>
Grupo Expo (1+2)	272,1	318,5	349,4
3. Intervenções Externas (Parque Expo)	16,1	19,9	19,9
4. Intervenções Externas da GIL (CP+Metro)	16,6	18,2	18,2
Total 3 (3+4)	32,7	38,1	38,1
<i>Total Geral (1)</i>	<i>304,8</i>	<i>356,6</i>	<i>387,5</i>
5. APA/FIL	14,2	15,2	15,2
<i>Total Geral</i>	<i>319,0</i>	<i>371,8</i>	<i>402,7</i>

a. unidade: milhão de contos

te críticos. O relatório da IGF afirma - paradoxalmente, dizemos nós! - que “não existe” (ou não é do seu conhecimento) “um documento que apresente de forma sintética e integrada, quer o orçamentado, quer o estado de desenvolvimento do projecto Expo'98 na sua globalidade”, o que, tendo em conta a dimensão do projecto é, no mínimo, espantoso! Por outro lado, a análise da IGF foi dificultada pela mudança do plano de contas da Expo, duas vezes em dois anos. O mesmo relatório acusa o sistema de informação da Parque Expo de “não se encontrar apto a responder satisfatoriamente”, sendo a informação introduzida “tardamente” (elementos de 1993 e 1994 não foram introduzidos, dificultando bastante o trabalho da IGF) e de os órgãos técnicos não conferirem os elementos da contabilidade. Quanto ao controlo orçamental, o relatório afirma que “não existe uma rotina centralizada de análise e justificação sistemática de desvios”, o que dificulta a concretização do compromisso de envio ao Estado, trimestralmente, de informações sobre eventuais desvios. Se nos recordarmos que, na proposta inicial, toda esta operação teria um “custo zero”, fica clara a total irresponsabilidade financeira - com os dinheiros públicos! - dos ditos responsáveis (?) daquela operação.

Outros aspectos são referidos neste relatório, tais como o atraso “sistemático de cerca de um mês, entre a data das facturas de fornecedores

e o correspondente registo contabilístico”. Soma-se a isto, o facto de os documentos apresentados se inserirem numa lógica de tesouraria e não incluírem “as facturas que suportam os custos relativos a investimentos já efectuados, mas ainda não pagos”.

Por outro lado, “os valores globais podem ser significativamente excedidos, caso se generalizem, para o conjunto da Expo’98, as tendências na área da construção, que representa 19% do projecto”. A este nível, sublinha-se, igualmente, que em Novembro de 1996, as dotações de construções e infra-estruturas tinham “alguns desvios significativos”. O relatório refere, ainda, outros aspectos críticos da situação financeira da Parque Expo, tais como os atrasos no arranque de “alguns trabalhos” da área do Parque urbano, os custos, acima do orçamentado, das obras da Av. Marechal Gomes da Costa e o aumento significativo do custo global das obras na Gare do Oriente. A IGF salienta, contudo, que “tem sido seguida a política de orçamentar por valores baixos, a fim de evitar que os órgãos técnicos se excedam”. Por último, a IGF revela que não tem conhecimento de estar regulada a transição de determinadas infra-estruturas da Parque Expo, para as entidades que as vão explorar futuramente.

Apesar de, hoje, podermos conhecer melhor os problemas e as dificuldades existentes em todo o processo de gestão financeira deste projecto, é difícil, ainda, a sua compreensão e avaliação à luz dos dados existentes, não suficientemente claros. Numa fase em que uma série de “atribuições” financeiras e administrativas revelaram publicamente em que consistiu, afinal, aquela famigerada “engenharia financeira” do projecto Expo’98, torna-se fundamental, cada vez mais, garantir a transparência dos orçamentos, assim como de todo o processo decisional do empreendimento.

O desfasamento, hoje claramente visível, entre o nível de concretização das obras previstas para a Exposição Mundial de Lisboa e o seu estado actual, leva-nos a questionar a dimensão dos constrangimentos existentes - físicos, administrativos, negociais... As principais razões dos atrasos das obras e consequentes aumentos nos custos encontram por parte da Parque Expo, alguns argumentos um tanto prosaicos. Por um lado, aquelas razões devem-se “ao aumento de salários”, sobretudo da mão-de-obra especializada - resultante, segundo a Parque Expo, “de uma excepcional concentração de obras, de dimensão complexa”, cujo “prazo de realização é curto”. Por outro lado, também ao recurso intensivo a trabalho nocturno! Acresce que a indefinição de alguns projectos<sup>10</sup> provoca alterações nos conteúdos e dificulta a articulação entre eles, implicando “trabalhos não constantes”.

Existem também outros aspectos importantes a serem considerados, que se relacionam com o próprio estatuto da Parque Expo, com o seu

modo particular de administrar e gerir o projecto - há presunção forte que os atrasos das obras são devidos, também, à forma de gestão autoritária e demasiado centralizada do ex-Comissário-Geral, Cardoso e Cunha<sup>11</sup>. O anterior Conselho de Administração da Parque Expo fica, assim, posto em causa, na sua capacidade de gerir um projecto desta dimensão, sendo constituído por elementos onde parece faltar experiência e responsabilidade de condução de obras de grande envergadura<sup>12</sup>. Mas então não era suposto existir, na dependência da Parque Expo, um sistema de acompanhamento, de preparação e de coordenação dos diversos projectos e de programação daquela obra pública?... É que, convém recordar, a Parque Expo rescindiu o contrato com o consórcio Bovis/ Lusotecna/ Engexpor, de consultadoria para a gestão global do empreendimento (em 24 de Novembro de 1994), precisamente porque considerou que tinha capacidade para realizar essas funções! E como é possível invocar, agora, questões salariais, por exemplo, para justificar atrasos nas obras e, sobretudo, os custos acrescidos que elas virão a ter?

Efectivamente, ao nível dos grandes equipamentos e das infra-estruturas, verificam-se anomalias de edificação e de orçamentação que questionam a capacidade da anterior administração da Parque Expo na gestão global daquele empreendimento. Vejamos com mais detalhe alguns daqueles equipamentos e infra-estruturas.

## **Os custos da Exposição Mundial de Lisboa (através da imprensa)**

O custo da Expo'98 rondava os 200 milhões de contos, segundo as previsões dos responsáveis pela organização da Exposição Mundial de Lisboa, em Dezembro de 1995, tal como vimos atrás. Um ano depois, em Dezembro de 1996, as previsões eram de 245 milhões de contos e, hoje, em finais de Janeiro de 1997, o valor atinge os 255 milhões de contos. Ao dizer que a Exposição teria "custo zero" (o que subentende que os gastos serão cobertos pelas receitas a gerar), Cardoso e Cunha fez uma afirmação, no mínimo, paradoxal. A verificar-se, tal significaria que a realização da Exposição se faria sem recurso ao erário público. Mas, desde o início, houve quem questionasse tal capacidade de auto-financiamento.

Considerou-se importante retomar a polémica existente em torno desta questão - assim como das contradições existentes em relação às potencialidades do projecto imobiliário, aos subprojectos da Exposição, aos prazos previstos, etc. - confrontando a diversidade de posições assumidas



Quadro 4: Equipamentos e infraestruturas. Dos custos iniciais às variações orçamentais

Equipamentos e Infra-estruturas (para e pós Expo'98)	Objectivo/ Características	Construção: início previsto/ data-limite de conclusão	Orçamento inicial (Parque Expo)	Situação em Dezembro de 1996	Avaliação Financeira <sup>1</sup>
Operação Expo '98 <sup>1</sup>			200 milhões de contos		245 milhões de contos
Pavilhão de Portugal	A construção deste pavilhão deverá ter em conta a sua utilização no período pós-Expo'98 e a necessidade de possuir diversas áreas protocolares, coerentes com o facto de Portugal ser o país anfitrião. A relação do Homem com o Mar, em todas as épocas e segundo diferentes perspectivas, será tema privilegiado, bem como a comunicação entre os homens.	Início previsto: 1 de Junho 1995. Conclusão prevista: (A instalação dos conteúdos será efectuada em Novembro de 1997).	Orçamento inicial de cerca de 2,5 milhões de contos (excluído os conteúdos, que devem ser de 1.2 milhões de contos).	O concurso de fundações e reforço dos muros da Docca, cuja proposta mais baixa foi 65% superior ao orçamentado inicialmente, estava em fase de adjudicação em Março de 1996. É uma das obras do recinto com níveis críticos de atraso.	
Pavilhão do Conhecimento dos Mares	Terá como temas-chave: A relação do Homem com os oceanos e a história da descoberta dos oceanos, o experimentalismo científico e o desenvolvimento das ciências oceanográficas.	Início previsto: 2 de Outubro de 1995. Conclusão prevista: Janeiro de 1998.		Os orçamentos muito baixos apresentados para este projecto, provocaram grandes atrasos na assinatura do contrato e apresentação do projecto. Só foi adjudicado em princípios de 1996, no valor de 79 mil contos. Em Abril de 1996, iniciaram-se as obras.	

Equipamentos e Infra-estruturas (para e pós Expo-98)	Objectivos/ Características	Construção: início previsto/ data-limite de conclusão	Orçamento inicial (Parque Expo)	Situação em Dezembro de 1996	Avaliação Financeira <sup>1</sup>
Pavilhão do Futuro	Apresentação de temas e problemáticas actuais referentes à questão dos oceanos, assim como possíveis formas de resolução e perspectivas futuras/ Fórum Interactivo.	Início previsto: 2 de Outubro 1995. Conclusão prevista: Outubro de 1997.		Ainda estava a decorrer o concurso de fundações e toscos em Março 1996. As obras iniciaram-se em Abril de 1996.	Sobrecustos, devido aos atrasos das obras; mas estes sobrecustos poderão sobretudo existir na compatibilidade entre o edifício (estrutura efémera em ferro) e os conteúdos a instalar.
Oceanário	Localizado na Doca dos Olivais, este equipamento é considerado uma das obras-chave da Exposição. Dedicado à fauna e flora marítimas, constitui um elemento de atracção didáctica e expositiva sobre os oceanos. Prevêem-se cerca de 2 milhões de visitantes por ano.	Início previsto: 6 Outubro de 1994. Conclusão prevista: Outubro de 1997.	8,5 milhões de contos.	É o único equipamento que não sofreu ainda nenhum atraso. Em Janeiro de 1996, foi concluída a estrutura de betão armado do Oceanário de Lisboa. As previsões apontam para que esteja pronto ainda antes do prazo previsto. Em Dezembro de 1996, encontrava-se em fase final de montagem - ligação por uma ponte metálica ao edifício de apoio, em terra.	10 milhões de contos
Centro de Exposições/futura FIL	É considerada uma obra fundamental, na medida em que constitui uma das garantias da continuidade da área envolvida	Início previsto: Junho 1995. Conclusão prevista: Outubro 1997.	12 milhões de contos	Em meados de Março de 1996, as obras estavam com um atraso de 10 meses, o que provocou uma "explosão" dos custos iniciais. Só em Março de 96 foram adjudicadas as fundações e toscos.	Custo mínimo de 15,2 milhões de contos.

Equipamentos e Infra-estruturas (para e pós Expo 98)	Objectivo/ Características	Construção: início previsto/ data-limite de conclusão	Orçamento inicial (Parque Expo)	Situação em Dezembro de 1996	Avaliação Financeira <sup>13</sup>
Pavilhão da Utopia/ futuro Pavilhão Multiusos	Recinto para espectáculos culturais, recreativos e desportivos, com capacidade para cerca de 10 000 pessoas.	Início previsto: Junho 1995. Conclusão prevista: Fevereiro de 1998.	2,5 milhões de contos (primeiros orçamentos). Mas, mais tarde, a própria Parque Expo admitiu que o “preço-base” previsto rondava os 6 milhões.	Atraso enorme. Em Março de 1996, decorria ainda o concurso para a construção deste equipamento. Em Dezembro de 1996, grande parte da estrutura em betão estava feita.	As propostas de construção situaram-se todas na ordem dos 15 milhões de contos, pelo que o concurso foi anulado. Falou-se de ajuste directo, mas ainda decorria o concurso internacional em Março de 1996. As previsões, em Janeiro de 1997, são de 9 milhões de contos.
Centro de Artes	Espaço para espectáculos e exposições de apoio ao festival que acompanhará toda a Exposição Mundial.	Início previsto: 2 Outubro 1995.		Projecto anulado.	
Centro de Comunicação Social	Durante a Exposição, será o local de trabalho de jornalistas da imprensa, rádio e televisão de todo o mundo.	Início previsto: 2 Outubro 1995.		Atrasos. Início da 1ª fase da obra em Outubro de 1996.	
Área das Organizações Internacionais		Início previsto: 2 Maio de 1995. Conclusão prevista: Outubro, 1997.		Ainda decorria a selecção de empreiteiros, em Março de 1996. A obra é iniciada em meados de 1996.	

Equipamentos e Infra-estruturas (para e pós Expo'98)	Objectivos/ Características	Construção: início previsto/ data-limite de conclusão	Orçamento inicial (Parque Expo)	Situação em Dezembro de 1996	Avaliação Financeira <sup>15</sup>
Estação do Oriente (Gare Intermodal de Lisboa)	Interface do Metropolitano, comboios de longo curso e suburbanos, autocarros, táxis e articulação com o aeroporto.	Início previsto: Junho 1995. Conclusão prevista: Dezembro 1997.	Obra adjudicada no valor de 8 milhões de contos. A Parque Expo admite que o custo deste projecto suba para os 12 milhões de contos.	A obra arrancou a 26 de Junho 1995.	Fontes ligadas ao consórcio vencedor asseguram que o custo final deverá rondar os 24 milhões de contos. Se somarmos os custos das obras extraordinárias, a Gare Intermodal andará pelos 30 milhões. Em Julho de 1996, o ministro do Planeamento, João Cravinho, apresentou os custos deste projecto: 32,3 milhões de contos.
Torre Panorâmica (Torre Vasco da Gama)	Será o edifício mais alto da zona da Expo, localizado no topo norte do recinto da Exposição. Este equipamento prevê a instalação de um restaurante com um terraço panorâmico. Poderá tornar-se o museu da Exposição.		2,2 milhões de contos.	Em Julho de 1996, é assinado o contrato de construção desta obra, adjudicada à Assiconstrói.	
Parque Urbano do Tejo e Trancão	80 ha de zonas verdes, com equipamentos recreativos e desportivos e espaços públicos.				

Equipamentos e Infra-estruturas (para e pós Expo'98)	Objetivo/ Características	Construção: início previsto/ data-limite de conclusão	Orçamento inicial (Parque Expo)	Situação em Dezembro de 1996	Avaliação Financeira <sup>13</sup>
Vila Expo	Área residencial, com 725 fogos, espaços comerciais e de estacionamento. Tanto as habitações como os espaços comerciais são serão ocupados em 1999, uma vez que a Vila Expo se destina, durante a Expo'98, ao alojamento de parte das delegações dos países participantes.	Conclusão prevista: Janeiro de 1998.	Investimento global (incluindo os 725 fogos, áreas comerciais e de estacionamento): 18,5 milhões de contos.	Início da construção das primeiras 670 habitações, em Janeiro de 1996. Decorrem as negociações para a promoção de mais 55 apartamentos (em Fevereiro de 96).	
Infra-estruturas Gerais	1ª fase: Terraplanagens e modelação de terreno. 2ª fase: Infra-estruturas primárias, incluindo galerias técnicas, rede primária de esgotos pluviais e residuais e estação elevatória. 3ª fase: Redes enterradas no recinto, fora das galerias técnicas - rede secundária de esgotos, abastecimento de água, rega, electricidade, telecomunicações e gás.	- Início da 1ª empreitada: 12 Maio 1995. - Início da 2ª empreitada: 28 Julho 1995. - Início da 3ª empreitada: Setembro 1995.		A construção da galeria técnica - onde correm as infra-estruturas - deveria ter terminado em 30 de Novembro de 1995, e ainda está a decorrer (Março 1996).	1ª fase: 878 mil contos. 2ª fase: 4.257 milhões contos. 3ª fase: 1.390 milhões contos.
Porto de Recreio	Esta infra-estrutura, para além de uma marina, com capacidade para 500 embarcações, inclui um projecto imobiliário integrado, com 8800 m2 de área edificável, constituído por cerca de 60 apartamentos de luxo e comércio diverso.	Início previsto: Fevereiro de 1997.	Investimento global de 5 milhões de contos (3 milhões na construção e apetrechamento do Porto, e 2 milhões no projecto imobiliário).		

publicamente na imprensa. A importância que a questão dos custos adquiriu, e o peso que assumiu em todo o processo de desenvolvimento do projecto, sobretudo ao longo dos últimos meses, é claramente visível na situação de “crise” que a Parque Expo atravessa no início de 1997, marcada pela demissão do Comissário Cardoso e Cunha.

Mas demos a palavra à “opinião pública”:

“A Expo’98 vai produzir receitas no valor de 228 milhões de contos, (...) estes números estão na base da confiança que o tecido empresarial pode depositar neste projecto.”

Cardoso e Cunha, *A Capital*, 21 de Abril de 1995

“(...) presumo que os investimentos a realizar com a Exposição sejam cobertos em cerca de 60% (110 milhões de contos) pelas vendas no âmbito do programa imobiliário. (...) Vendemos mais no primeiro trimestre de 95 do que prevíamos para o ano todo.”

Cardoso e Cunha, *A Capital*, 22 de Maio de 1995

“... as dívidas garantidas pelo Estado chegam aos 67 milhões de contos, as obras adjudicadas e a participação em outras empresas atingem os 75 milhões de contos. Isto a três anos da abertura da Exposição. As receitas da venda de terrenos e patrocínios são apenas de 20 milhões de contos. O buraco já está anunciado. (...) Sobre o andamento dos trabalhos da Expo’98 há sempre duas versões: a oficial, que defende a manutenção dos objectivos anunciados, e a de pessoas ligadas ao processo que garantem que os preços serão sempre bastante superiores. Os responsáveis da Expo afirmam que a Exposição vai custar 200 milhões de contos, as obras estarão concluídas a tempo e que as receitas geradas darão para suportar os custos. Só em último caso a Exposição recorrerá ao Orçamento de Estado.”

*O Independente*, 22 de Setembro de 1995

“A actual situação financeira da Parque Expo, embora não tenha ainda recebido os 20 milhões de contos do BEI, ‘está controlada e não há derrapagens’, assegura o porta-voz da administração. E sublinha que ‘o volume de receitas já originado pela venda de terrenos (18,5 milhões de contos) ultrapassou as previsões’. A essa verba acrescentam-se os 3 milhões de contos já contratados com os patrocinadores oficiais, o que perfaz 21,5 milhões de contos.”

*Público*, 28 de Outubro de 1995

“- Diz que vai gastar 200 milhões de contos para realizar a Expo. De onde é que vem esse dinheiro?”

“ - Vem da credibilidade deste projecto junto do sistema financeiro português, que põe à nossa disposição todo o dinheiro de que a Expo precisa e nós ficamos a dever. O Estado só entrou com 500 mil contos para este projecto. Todos os bancos que fazem parte do sistema bancário português nos emprestam dinheiro. À medida que o projecto vai avançando vou tendo receitas, e com essas receitas abato parte da dívida. Nunca chego a dever 200 milhões de contos... (...). No final, a curva das receitas e a curva das despesas vão estar muito próximas porque o nosso objectivo de gestão é que elas se encontrem. É o chamado equilíbrio económico-financeiro a médio prazo.”

Cardoso e Cunha, *Semanário*, 25 de Novembro de 1995

“O futuro financeiro da Expo’98 é agora a maior dor-de-cabeça para o Governo de Guterres. Entre os vários cenários apresentados no estudo (encomendado pela Presidência do Conselho de Ministros), o mais moderado estima que os custos directos da Exposição deverão balançar entre os 214 e os 250 milhões de contos. No máximo, poderão chegar aos 300 milhões de contos. Somados os custos indirectos das infra-estruturas envolventes, desenha-se um cenário que pode ultrapassar os 500 milhões de contos. (...) este valor inclui os investimentos em obras rodoviárias, ferrovias, novos comboios, melhoramentos ambientais...”

*Semanário*, 9 de Março de 1996

“- Continua a subscrever a intenção inicial de que a Expo’98 se vai autofinanciar?”

“- Continuo a dizer o que disse sempre: que o projecto Expo, casado com a regeneração urbana da zona de intervenção, constituía um conjunto de um centro de despesas e de um centro de receitas. (...) a sociedade portuguesa, o Tesouro, o Estado, iria ter compromissos e iria ter receitas. (...) num objectivo de gestão de equilibrar a curva das receitas com a curva das despesas. Neste momento, um objectivo desses é quase absolutamente garantido.”

Cardoso e Cunha, *O Independente*, 4 de Abril de 1996.

“O Ministro do Planeamento foi ontem confrontado na Comissão Eventual de Acompanhamento da Expo’98 com os custos da Gare do Oriente. E para surpresa dos deputados, João Cravinho avançou com 32,3 milhões de contos. Precisamente três meses depois de o Comissário da Expo’98, Cardoso e Cunha, ter garantido aos mesmos deputados que a segunda maior obra arquitectónica da Exposição apenas orçaria em 15,7 milhões de contos...”

*Diário de Notícias*, 4 de Julho de 1996

“No final daquilo tudo, vai haver uma diferença entre o que se gastou e o que se recebeu, e eu presumo que vai ser uma conta pesada. O Dr. Cardoso e Cunha e o Eng.º Ferreira do Amaral dizem que não, mas eu estou convencido de que vai ser uma conta pesada. (...) aquela zona poderia ter um custo de revitalização inferior ao estimado.”

Ministro Jorge Coelho, *Público*, 16 de Dezembro de 1996

“No relatório, o custo total de 213 milhões de contos previsto no estudo de Março aparece já desactualizado. (...) A maior preocupação do Governo é agora conter ao máximo os gastos. Até porque começa a estar em causa o compromisso dado por Cardoso e Cunha de que ‘a Expo se bastaria a si própria’, ainda que tal só acontecesse em 2010 - ano em que as receitas cobririam o investimento realizado. ‘Foi com base neste orçamento que se assumiu o compromisso de reconduzir o comissário’, salienta o Executivo, acrescentando que ‘as receitas não são tão elásticas’”.

*Público*, 17 de Dezembro de 1996

“- Acredita que o rigor orçamental está a ser cumprido?”

“- Temos tido aqui a Inspeção-Geral de Finanças, que fez um elogio rasgado à nossa capacidade de gestão. Não acredito que haja alguma outra equipa que possa fazer este projecto melhor do que nós o temos feito. (...)”.

“- Acha que a Expo'98 é um bom negócio financeiro?”

“- Não estamos a fazer um negócio financeiro. Nunca faço uma exposição para dar lucro, faço uma exposição para encontrar as curvas da despesa e da receita. Toda a gente sabe que a previsão do custo final de uma obra não se pode fazer com dois anos de antecedência. Seria insensato do meu lado convencer as pessoas de que nós temos essa certeza na mão. (...) Se considerar verbas como as receitas fiscais, o aumento das receitas turísticas do empreendimento, tenho de contar com uma almofada financeira suficientemente segura para me tranquilizar em relação ao equilíbrio final.”

Entrevista com Cardoso e Cunha, *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1997

“A Inspeção-Geral de Finanças esteve quatro meses na Expo a preparar um levantamento exaustivo das contas. Ao contrário do que Cardoso e Cunha tem afirmado, este documento levanta questões e dúvidas sobre o acompanhamento e controlo das despesas e custos, faz sugestões e críticas pertinentes (...). A este relatório somam-se as perplexidades suscitadas pelas conclusões do *Plano Estratégico Económico-Financeiro da Expo*. O valor global do orçamento apresentado subiu de 213 milhões, avaliados em Março do ano passado, para 244,700 em Dezembro último (...). O problema fundamental é que Cardoso e Cunha tem apresentado uma contabilidade que



não corresponde à realidade da contabilidade que o Governo tem feito sobre os gastos da Expo'98. Se o comissário insistir que os seus números é que são os certos, o seu lugar pode ficar em risco. O Governo não quer arriscar um deslizamento de custos que exceda descontroladamente o que estava previsto.”

*A Capital*, 9 de Janeiro de 1997

“O que neste momento mais pressiona os corações socialistas para ‘correr’ com o comissário é um factor muito condicionado pelo mau ambiente instalado (...). O excessivo protagonismo do comissário é um pesado factor de irritação que ontem não passou despercebido no conselho de ministros. (...) o Governo deve ganhar protagonismo na Expo, assumir a obra como sua. Acabar com a ideia de que a Expo é de Cardoso e Cunha é, neste momento, uma prioridade governamental e para alguns ministros o acabar seria em versão radical.”

*O Independente*, 17 de Janeiro de 1997

“O comissário da Expo abandona o projecto, apresenta o pedido de demissão, em carta ao primeiro-ministro. (...) Afirma que ‘já não pode manter por mais tempo a neutralidade partidária do projecto’. (...) alega ainda outras razões, como a falta de condições de gestão, que decorre do processo que recentemente pôs em causa não só o rigor das contas apresentadas como dos números relativos às projecções de gastos até à abertura da Expo, em Maio de 1998.”

*Público*, 22 de Janeiro de 1997

“Os custos globais da Expo'98 dispararam para 400 milhões de contos. Só a Parque Expo, com juros incluídos, ultrapassa os 300 milhões. (...) O novo orçamento engloba todos os números que são directa ou indirectamente responsabilidade do Estado. À cabeça surge a Parque Expo e juros de empréstimos contraídos (...), depois vêm as empresas participadas, diversas intervenções externas, o novo pavilhão de exposições e a expansão da CP e do Metropolitano para a zona oriental de Lisboa”.

*Público*, 6 de Fevereiro de 1997

“... ao anunciar o novo cenário orçamental para a Parque Expo, António Vitorino, confirmou duas inflexões estratégicas no discurso oficial: assumiu que o Estado deixa de ter como objectivo que a exposição se pague a ela própria, e inaugurou uma nova forma de apresentação das contas que inflaciona os números finais. (...) ao mudar o critério de apresentação das contas (somando os encargos financeiros aos custos directos, e acrescentan-

do o investimento das empresas participadas), o Governo fez saltar de 240 para mais de 400 milhões os números citados pela comunicação social.”

José Manuel Fernandes, *Público*, 7 de Fevereiro de 1997

## Post - Scriptum

*Já com a revista pronta para sair, tivemos acesso a uma informação oficial da Administração da Parque Expo'98, que consideramos extremamente esclarecedora de algumas das questões mais polémicas do projecto Expo'98.*

“O Conselho de Administração da Parque Expo'98 (CA) concluiu a reavaliação do projecto Expo'98, nas vertentes da exposição e do programa de reconversão urbana a ela associado. (...) No termo da primeira fase dessa análise, o CA verificou que a simples soma dos valores já contratualmente assumidos, bem como daqueles que, fazendo parte integrante do programa, eram na prática irreversíveis, excedia largamente o número global constante do Orçamento aprovado pelo Governo em Janeiro de 1997. Numa segunda fase, e na execução de uma firme postura de contenção/redução de custos, procedeu-se aos ajustamentos considerados necessários, redefinindo algumas das acções anteriormente previstas e introduzindo novos programas que se vieram a revelar necessários. A manutenção do programa constante do Plano Estratégico aprovado pelo Governo foi, no entanto, ponto sempre presente, pelo que o resultado final da reavaliação não propõe nem contém nenhuma alteração de substância a qualquer dos projectos constantes do Programa da Exposição. O resultado final, corporizado no Programa de Investimentos da responsabilidade da Parque Expo '98, S.A., apresentado ao Governo, revela um diferencial de 19 milhões de contos entre a realidade dos programas em curso e os números constantes do Orçamento de Janeiro. Assim, os custos totais do Programa de Investimentos a cargo da Parque Expo '98, S.A. e das participadas a 100% atingem o montante de 292,3 milhões de contos, em vez dos 273,3 apresentados em Janeiro ao Governo; considerado o inevitável aumento dos encargos financeiros, o investimento total passa de 339,4 para 362,7 milhões de contos. (...)”

*In Informação Expo'98, Boletim de Abril de 1997*

**Quadro 5:** Reavaliação Orçamental apresentada ao Governo (Abril 1997)

	<i>Aplicação de fundos - 292. 285. 362 contos</i>
Terreno	17%
Infraestruturação	23%
Construção	23%
Conteúdos	5%
Promoção e Marketing	3%
Operações EXPO	10%
Outros Custos	14%
Dotação Provisional	5%

Fonte: *Informação Expo'98*, Boletim de Abril de 1997.

## Notas

- De acordo com o previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei nº 88/93, de 23 Março, estes empréstimos deverão beneficiar de garantia do Estado; devem ser lançados predominantemente em escudos, embora também se admita o recurso a algumas moedas estrangeiras.
- Conforme determinado no Decreto-Lei nº 207/93, de 14 de Junho.
- Nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 83/93, o capital social da sociedade Parque Expo'98, S.A. é de 500 mil contos, dividido em 500 mil acções de mil escudos cada uma, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro; o capital social poderá ser elevado até 10 milhões, por entradas em dinheiro, mediante deliberação do conselho de administração, que fixará, nos termos da lei, as condições de subscrição.
- Da dificuldade de entendimento desta “engenharia financeira”, são bem claras as afirmações do novo Comissário, Eng.º Torres Campos: “(...) a estrutura interna é complexa (...). Há uma Parque Expo, há uma sociedade para o Oceanário, há uma sociedade para o Pavilhão. Há sociedades que não são a 100%, outras são. Numas, as contas aparecem com os juros incluídos (...)”, *Jornal Público*, 2 de Fevereiro de 1997.
- Prevê-se a venda de 16 milhões de bilhetes, durante os quatro meses e meio de duração da Exposição.
- Publicação no *Jornal Público*, de 7 de Abril de 1996. Fonte: “Orçamento Plurianual Global da Parque Expo S.A.”. Não foi possível confrontar esta informação com a fonte original, uma vez que foram totalmente infrutíferos os constantes pedidos de documentação adequada, no quadro da anterior administração da Expo'98.
- Idem.
- Jornal Público*, de 7 de Fevereiro de 1997. Fonte: Parque Expo'98, S.A.
- Divulgação de uma parte do relatório no jornal “Público”, de 24 de Janeiro de 1997.
- Os projectos de arquitectura terão sido realizados sem o conhecimento prévio do programa e dos equipamentos a instalar.
- Relembramos que o próprio Governo não recebeu quaisquer documentos oficiais nos três meses que mediaram entre o primeiro e o segundo encontro que teve com Cardoso e Cunha.
- Segundo António Pessoa, Eng.º civil consultor, “... a grande dificuldade de realização da Expo'98 (...) passa pela capacidade de construir a obra. Curiosamente, não existe no Conselho de Administração nenhum engenheiro civil, ou técnico, com conceituada experiência em gestão de obras complexas, nem no primeiro nível da direcção...”, *Expresso*, 20 de Janeiro de 1996.

- 13 O valor dos custos aqui apresentados foram baseados em material recolhido na imprensa (até Janeiro de 1997, inclusivé). Não foi possível confrontá-los com os custos efectivos, por falta de informação disponível, até à data desta publicação. De sublinhar que foram bastante infrutíferos os incessantes pedidos de informação, à Parque Expo, sobre a discriminação daqueles custos, fase de concretização de cada um dos projectos, etc.
- 14 Os valores aqui apresentados, conhecidos até Fevereiro de 1997, indicam somente os custos directos da Parque Expo'98, S.A., não incluindo, portanto, os encargos financeiros e os outros custos externos (empresas participadas, diversas intervenções externas, o novo pavilhão de exposições de Lisboa, expansão da CP e do Metropolitano para a zona oriental). Sublinhe-se que um novo critério de apresentação do orçamento da Expo'98 é conhecido em Fevereiro de 1997 (vd. jornal "Público", de 7 de Fevereiro de 1997), critério esse que "faz saltar" os 245 milhões de contos referidos para 372 milhões, a que devem ser acrescidos cerca de 30 milhões de contos, o que perfaz uma previsão global (em Janeiro de 1997) de 403 milhões de contos! (vd. "A 'engenharia' financeira e as variações orçamentais da Expo'98").